

## **CARTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palmas-TO, 09 de outubro de 2019.

Ilustríssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins

**MAURO CARLESSE**

Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas - TO.

Produtores rurais de todo o Estado do Tocantins, ora representados por Sindicatos Rurais de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Tocantinópolis, Colinas do Tocantins, Arapoema e Palmas, classe essa da qual Vossa Excelência é parte; vêm, preocupados com os efeitos que podem ser gerados pela Portaria nº 1.216 de 2019 publicada em 30 de setembro de 2019 no Diário Oficial do Estado; em busca de manter diálogo e expor as preocupações do setor produtivo da carne no Estado, apresentar dados e argumentos em busca de contribuir para o debate instaurado desde a publicação da referida Portaria, principalmente no intuito de sensibilizar Vossa Excelência dos riscos que o Estado passou a correr com a medida administrativa tomada.

Como é de conhecimento público e notório, o Estado do Tocantins é um local onde a densidade demográfica é pequena, tendo o homem do campo uma extrema importância na geração de emprego e renda.

Segundos dados da ADAPEC, existem no estado 60.000 estabelecimentos agropecuários onde aproximadamente 53.000 tem movimentação na cadeia da carne bovina e 2.000 na agricultura. Se considerarmos as famílias destes produtores e seus colaboradores, seguramente, com os funcionários diretos e indiretos do setor no estado do Tocantins teremos mais de 100.000 famílias dependentes da atividade. Temos ciência de que o senhor próprio é produtor rural e conhece as dificuldades enfrentadas no dia a dia do homem do campo.

São mais de 8.300.000 (oito milhões e trezentos mil) bovinos criados no Estado, segundo os dados mais recentes, para uma população estimada em 1.600.000 habitantes.

A título de exemplificação, o Estado da Bahia possui população estimada em 14,87 milhões de habitantes e 10 milhões de cabeças de gado no mesmo Estado. O Estado do Pará, com população de 8,6 milhões de habitantes, possui cerca de 20 milhões de bovinos. Já o Maranhão, com cerca de 7 milhões de habitantes, possui rebanho bovino na casa de 7,7 milhões de cabeças. O Piauí possui população de 3,2 milhões de habitantes tem 1,4 milhões de cabeças. O Mato Grosso, com 3,4 milhões de habitantes possui rebanho estimado em 30 milhões de cabeças. Goiás, com cerca de 7 milhões de habitantes, possui 22 milhões de cabeças.

A título explicativo, verifica-se que nossos vizinhos, com exceção do enorme Estado do Mato Grosso, possuem uma relação cabeças/habitantes inferior à do nosso Estado, vejamos:

ESTADO	POPULAÇÃO	REBANHO	RELAÇÃO REBANHO/POPULAÇÃO
<b>TOCANTINS</b>	<b>1.573,00</b>	<b>8.300.000</b>	<b>5,28</b>
PARÁ	8.603.000	20.269.000	2,36
MARANHÃO	7.075.000	7.793.000	1,10
PIAUI	3.273.000	3.500.000	0,45
BAHIA	14.873.000	10.037.000	0,67
GOIÁS	7.018.000	22.651.000	3,23
MATO GROSSO	3.484.000	30.199.000	8,67

Fontes: <https://cidades.ibge.gov.br> / <https://agricultura.gov.br>

Tal dado é de extrema relevância e busca demonstrar a dependência do nosso Estado da cadeia produtiva da carne bovina, sendo que o estado de Mato Grosso que tem um índice maior é mais industrializado e tem outras atividades do agronegócio de maior relevância que as presentes em nosso Estado.

Conforme dados da própria Secretaria da Fazenda e Planejamento, o mercado bovino é responsável por mais de 20% das exportações realizadas pelo Estado, o segundo maior, atrás apenas da soja, que não é cultivada por pequenos produtores rurais, ao contrário do mercado bovino.

Ao longo dos últimos anos tivemos uma grave crise financeira que atingiu não só o ambiente privado, mas principalmente o poder público, o que não se esquece. O rigor fiscal e o encontro de contas públicas através do equilíbrio fiscal e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, amplamente divulgada pela equipe de Governo é de extrema relevância e conta com o apoio da classe produtora.

Entretanto, o que está em jogo não é o aumento de arrecadação por parte do Estado. O que está em jogo em uma mudança tão drástica e repentina, pode significar na falta de carne na mesa do consumidor final. Pode significar no risco de mais de 100.000 empregos gerados formalmente pela cadeia produtiva no Estado.

A suspensão dos Termos de Acordo de Regimes Especiais não atinge somente os Frigoríficos, mas atinge todos os seus fornecedores de carne, ou seja, todos os produtores de carne, já que dentre os benefícios fiscais concedidos pelo projeto PRO-INDÚSTRIA, previstos na Lei 1.385/2003, está a isenção de ICMS na entrada de matéria-prima.

Vale ressaltar que todos os Estados vizinhos praticam condições idênticas quanto ao ICMS da venda de bovinos aos frigoríficos. Isso para incentivar a produção bovina nos Estados bem como evitar diminuir a transferência de rebanho para outras unidades beneficiarem no momento do abate e ainda incentivar a implantação de unidades industriais.

Como também é de conhecimento, o Estado é deficiente em unidades industriais.

Tal ponto sempre foi reconhecido pelo atual Governo do Estado do Tocantins, em seus discursos como um dos principais a serem fomentados, para melhorar a qualidade dos empregos ofertados, bem como aumentar o PIB, a diminuição de evasão de bons profissionais e ainda o aumento na arrecadação de impostos.

Não adianta inviabilizar, com isso, o maior ramo industrial do Estado.

A suspensão dos TARES com os Frigoríficos gera a necessidade do produtor ou vender para fora do Estado ou parar de produzir, pois o preço pago na Arroba do Boi Gordo não possui margem para um acréscimo de 12% de taxaço, ou seja, o produtor já está tendo que arcar com o FUNRURAL, e passará a ter que arcar com ICMS na casa de 12% sobre o preço do boi vendido. No final, a arroba negociada a R\$ 145,00 com o frigorífico somente gerará uma receita de R\$ 125,00, reduzindo em R\$ 320,00 a receita média por cabeça na venda de um boi de 16 arrobas.

Infelizmente esse valor não é suportável pelo produtor. Tal valor sequer chega a ser a margem obtida em produções profissionais e com alta produtividade.

Atualmente, em média, com os TARES firmados entre os Frigoríficos e o Governo do Estado, os mesmos se comprometem a pagar o equivalente a 1% de ICMS sobre o valor da venda da mercadoria produzida, além de 0,3% de contribuição para o Conselho de Desenvolvimento Econômico, gerando um custo fiscal estadual de 1,3% sobre o valor da venda.

Vale ressaltar que os TARES preveem a suspensão dos benefícios nele contidos em caso da falta de recolhimento do ICMS devido, não sendo crível que tais valores não estejam sendo pagos pelas indústrias, que em reuniões afirmam que as únicas pendências existentes são decorrentes de autuações referente a outras verbas, sendo que todos esses valores estariam sendo discutidos judicialmente.

Como sabemos a atividade meio (Industria) é simples agente repassador de custos e impostos e como quem regula preço é o mercado, o produtor rural será penalizado em qualquer majoração fora do praticado no setor.

Pesquisamos e obtivemos dados que os estados limítrofes praticam os TARE's como no nosso estado na indústria frigorífica. Sendo os estados e suas respectivas alíquotas a seguir: Pará 1,6%, Maranhão 2,0%, Goiás 1,6% e Mato Grosso 2,0%.

Os produtores tocaninenses não querem privilégios, mas reivindicamos isonomia ao praticado em outros estados da federação em igualdade de condições com estados exportadores da cadeia e que não afete nossa competitividade.

Algumas alternativas podem ser adotadas pelo Estado, a exemplo do que tem sido feito em outras unidades da Federação. Não comprometendo os resultados auferidos pelos entes da cadeia produtiva.

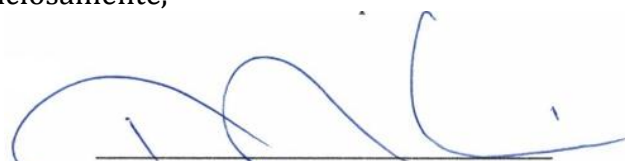
Com isso, Governador, os produtores tem a certeza que a criatividade deve ser utilizada em momentos de crise, e a necessidade de estratégias como as implementadas pelo governo do Estado do Tocantins não devem desequilibrar as relações comerciais existentes.

Os avanços na organização do Estado são reconhecidos pela classe produtiva, porém o aumento abrupto de 12,00% do imposto aos produtores de carne e de 6,00% para a indústria da carne, pode gerar consequências nefastas a nossa economia, exigindo uma ação firme no sentido de evitar uma insegurança jurídica aos investidores que olham pro nosso Estado como um local promissor e capaz de absorver e retornar investimentos.

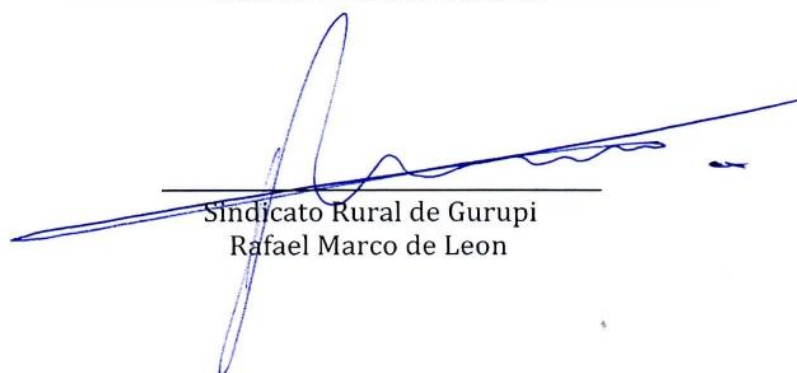
Precisamos nos unir para enfrentar a crise econômica enfrentada não apenas pelo Estado, mas inclusive e principalmente ao produtor, que depende do aumento do valor da arroba para aumentar sua renda e enfrentar a inflação do mercado de insumos da atividade, que cresce acima da inflação nacional.

Confiamos em uma análise séria e responsável por parte dos gestores públicos estaduais e nos colocamos a disposição e abertos ao diálogo para chegarmos a soluções menos drásticas e capazes de garantir a segurança para evitar uma imagem ruim do cenário industrial e pecuário do nosso pobre Estado.


Atenciosamente,



Sindicato Rural de Araguaína  
Roberto Paulino da Silva



Sindicato Rural de Gurupi  
Rafael Marco de Leon



Sindicato Rural de Paraíso do Tocantins  
Rogerio Moraes dos Reis

Tambem subscritos:

Sindicato Rural de Colinas do Tocantins – Luis Augusto de Favari;  
Sindicato Rural de Tocantinopolis – Gilmar Gonçalves de Carvalho;  
Sindicato Rural de Arapoema – Renato de Freitas Junior;  
Sindicato Rural de Palmas – Antonio Jorge Godinho.